

## “BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO”? COM A PALAVRA OS ESPECIALISTAS EM SEGURANÇA PÚBLICA.

11 de maio de 2018.

Azor Lopes da Silva Júnior\*

**E**ra o segundo semestre do ano de 2009, quando tive oportunidade de compor uma banca de pós-graduação nas ilustres companhias de Jacqueline de Oliveira Muniz, Renato Sérgio de Lima, Haydée Caruso e José Vicente da Silva; avaliávamos o trabalho de Washington França da Silva (*“Políticas, procedimentos e práticas da polícia ostensiva no atendimento às ocorrências criminais de menor potencial ofensivo e as não criminais: um estudo sobre a atuação da Polícia Militar da Paraíba em João Pessoa”*) no Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, criado em 2006, ainda se estruturava e já tinha em seu quadro de fundadores Renato Sérgio de Lima, então Secretário-Executivo (2006-2012). De lá para cá o **Fórum** se consolidou como uma arena pública de sólida e respeitável referência na área de pesquisa e, bem por isso, viu se agregarem a ela inclusive muitos atores das próprias agências policiais, que se dedicavam à pesquisa acadêmica.

Mais recentemente, no ano de 2014, Samira Bueno Nunes apresenta sua pesquisa em nível de mestrado na FGV (Administração Pública e Governo):

“Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões violentos da polícia militar paulista”<sup>1</sup>.

Essa pesquisa é aberta com uma epígrafe de Hélio Bicudo, extraída do livro *“Meu depoimento sobre o esquadrão da morte”*<sup>2</sup>, e segue com o problema de pesquisa formulado pela pesquisadora:

“Por que, mesmo 25 anos após a promulgação da Constituição Federal que inaugura o período democrático no Brasil, a Polícia Militar do Estado de São Paulo mantém um padrão excessivo de uso da força letal em suas ações, não obstante a criação de uma série de mecanismos com foco no controle da atividade policial?”.

O resultado dessa pesquisa, observado pela dissertação publicada, revelou não só um trabalho muito bem planejado e desenvolvido pela autora, mas também o reconhecimento de que a “violência policial” deveria ser imputada muito mais aos multifatores que orientam nossa sociedade e os detentores do poder político, dentre os demais; a autora ainda atribuía valor considerável à existência de Tribunais Militares e Regulamentos Disciplinares, como fatores estimulantes desse desvio de poder, mas pouco se aprofundou e fundamentou essas conclusões, daí porque, ao nosso ver, seu trabalho certamente teria maior respaldo se outra fosse a metodologia empregada; **explico:** desvendar a consistência e respectivo nível da causa do problema (violência policial) e hipóteses suscitadas exige bem mais uma pesquisa

\* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, mestre em Direito pela Universidade de Franca, especialista em Segurança Pública pela Universidade Federal do Paraná e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo (ex-Comandante na 8ª Região Administrativa do Estado de São Paulo – Mesorregião de São José do Rio Preto), atualmente Advogado, professor universitário e presidente do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP).

<sup>1</sup> Atuaram como Orientador o Prof. Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira e como Co-orientador o Prof. Dr. Renato Sérgio de Lima. A dissertação achase disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11546/DISSERTACAO-VERSAOCORRIGIDA-SAMIRABUENONUNES.pdf>

<sup>2</sup> BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

exploratória, na forma de pesquisa de campo sobre os sujeitos que operam nessa atividade estatal, que o caminho bibliográfico e documental optado e que só traz dados de segunda mão, nem sempre profundos e comprovados...

A pesquisadora até ensaiou uma exploração, mas a amostra tomada foi de 18 entrevistados (dirigentes da Secretaria de Segurança Pública, polícia militar e polícia civil, além de representantes da ouvidoria, do Ministério Público e sociedade civil organizada), portanto ocupantes dos níveis político, estratégico e gerencial, e não com aqueles atuantes diretamente na atividade operacional onde os confrontos ocorrem e com quem seria mais adequado a busca por respostas confiáveis pela legitimidade.

Mas o leitor deve estar se perguntando: *Por que o foco nessa pesquisa, nessa pesquisadora e em seu Co-orientador?* **Respondo:** ontem (10 maio 2018), sob o título “*Polícia que mata, polícia que morre*”<sup>3</sup>, Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, retomam o tema com um texto mais repleto de retórica e ao estilo literário do romantismo que, respeitadamente, construído sobre bases científicas.

A técnica do casuísmo é tomada e apresentada com ares de indutivismo para atrair e sensibilizar o leitor que, mais adiante, se verá diante de alguns recortes estatísticos que lhe darão a aparência de resposta ao problema a partir da observação científica.

Em “*Polícia que mata, polícia que morre*” os autores apresentam como dado impactante que

“1 em cada 5 assassinatos do estado [estado de São Paulo] tem a autoria de policiais, a maior proporção do país” e *concluem com “fina ironia”*: “Isso significa dizer que na terra do samba e do futebol é mais provável ser vítima de um tiro da polícia do

que ser morto por um assaltante durante um roubo”.

Acontece, que essa “ironia” inadvertidamente ou deliberadamente propõe uma sub-reptícia inversão de valores, **sugerindo que os assaltantes causam menos mal que os policiais**. Longe desta crítica acadêmica qualquer viés maniqueísta, mas convenhamos ainda existirem valores éticos, morais e sociais – mesmo que entremeio a tanta diversidade – capazes de nos permitir distinguir o evidente “bem” do evidente “mal”...

Ao menos e superficialmente, três questões preliminares se impõe, no campo da lógica e da ética, para se aferir a consistência dessa afirmação irônica:

- (1) a desigualdade e até mesmo a exclusão social (a pobreza) levam o homem à prática do crime (tomemos o “assalto” como um tal)?
- (2) os policiais provocam situações de confronto com assaltantes com objetivo de execução ou higienização social?
- (3) de todas as forças policiais brasileiras, as polícias militares são as organizações mais letais, por conta da cultura militar?

Seria leviano responder afirmativamente ou negativamente a qualquer dessas três questões, sem uma pesquisa realmente calcada em **bases metodológicas sérias**; dizer que a exclusão social e a localização do indivíduo nas regiões limítrofes à linha da pobreza inevitavelmente (*ou mesmo consideravelmente, sob o ponto de vista de desvio padrão estatístico*) conduziria a uma vida de práticas criminosas é negar a existência de uma horda de criminosos do “**colarinho branco**”,

<sup>3</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/policia-que-mata-policia-que-morre.ghtml>

geralmente situada nos estratos socioeconômicos mais elevados, e ofender indivíduos de uma massa economicamente carente e que ainda cultua valores éticos, que vem se degradando na sociedade pós-moderna sob o apanágio do **discurso da alienação...**

Não é temerário dizer, tampouco se mostra como hipótese desarrazoada “*ab initio*”, que das tantas mortes havidas em confronto com as forças policiais – *não só no Brasil, mas em todo o mundo* – a chegada dos agentes das forças de segurança ao cenário onde se deu o embate aconteceu porque alguém (*uma vítima ou uma testemunha do crime*) chamou a polícia...

Noutras palavras, para se afirmar algo diverso é preciso levantar como hipótese a ser confirmada pelos dados, que o número de casos em que os agentes das forças de segurança agem sem prévio chamado de um indivíduo da sociedade civil é quantitativamente superior àqueles em que há prévio chamado de socorro.

Na mesma linha de raciocínio, a terceira hipótese aqui suscitada (*polícias militares são as organizações mais letais, por conta da cultura militar*) deve ser cientificamente enfrentada a partir de sua **destinação normativa** (*é a única agência policial ostensiva e que opera na repressão imediata ao crime, enquanto as demais agem na investigação do crime havido e na formalização do inquérito*) e mediante o **cotejo de dados estatísticos comparativos** com as demais agências em casos de confrontação com infratores, a fim de se estabelecer referenciais comparativos de letalidade consistentes, a partir do que, e somente a partir desses dados, se poderia hipotecar os níveis de letalidade à investidura ou à cultura institucionalizada.

Ora, não parece desarrazoado dizer então, que, à míngua de dados que

façam inferir o contrário, mortes de assaltantes seriam evitadas se as vítimas ou testemunhas de um crime não chamassem pelo socorro (aqui vale a ironia como forma de retorção intelectual)...

Aqui fizemos questão de confessar o uso do recurso da ironia; para que não se diga que travestimos a retórica com repentes de metodologia científica. Mas o fazemos para revelar uma indignação no plano científico: **a publicização de hipóteses frágeis sob falsas premissas científicas**, porque sem sustentação em dados concretos e na lógica que deve inspirar a inteligência humana!

Se a sociedade cultua a máxima de que “*Bandido bom é bandido morto*” é preciso entender o porquê; se os agentes das forças de segurança, oriundos dessa tal sociedade, mantêm o culto da máxima de que “*Bandido bom é bandido morto*”, é preciso que a investigação estatística migre do confortável uso do recurso metodológico da pesquisa quantitativa, para a laboriosa metodologia de uso da **pesquisa qualitativa**.

Somente após isso poderíamos afirmar ou refutar a hipótese de que policiais, ainda hoje em tempos de democracia consolidada, operam sob a ideologia de que “*Bandido bom é bandido morto*”; até lá, é bom que a ciência se mantenha viva e em busca da verdade.